

COMISSÃO ANTIRRACISTA NA EMEBS

MAURO SERGIO DE OLIVEIRA

VOZ AOS BEBÊS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E IDOSOS

Introdução

Desde 2023, nossa escola começou a enfrentar um aumento preocupante das manifestações racistas, que afetavam a convivência e a segurança emocional dos estudantes. Alunos negros e professores eram frequentemente acionados diante das práticas racistas e brincadeiras ofensivas.

As intervenções pontuais não estavam sendo suficientes e a situação tornou-se ainda mais grave no início de 2024. Percebendo a urgência de uma resposta coletiva, a partir de uma roda de conversa, em fevereiro do mesmo ano, surgiu a proposta de criação de uma comissão dedicada a enfrentar o racismo e promover a valorização das identidades negras, indígenas e de outros grupos historicamente marginalizados. A ideia foi acolhida pela Gestão e, no final de março, nasceu oficialmente a Comissão Antirracista da Escola Bilíngue para Surdos, espaço de diálogo, formação e mobilização de toda a comunidade escolar, com foco no combate ao racismo, na promoção da igualdade e no fortalecimento do protagonismo estudantil.

Justificativa

O racismo, em suas múltiplas expressões, continua sendo um dos principais obstáculos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No ambiente escolar, seus efeitos se manifestam tanto em agressões diretas quanto em atitudes sutis, mas igualmente danosas, que comprometem o aprendizado, a autoestima e a permanência dos alunos.

A especificidade de uma escola bilíngue para surdos amplia o desafio: a luta contra o racismo precisa ser pensada de forma acessível e multimodal, valorizando a visualidade, a Libras e outras formas de comunicação que permitam a participação plena dos estudantes surdos. Além disso, é fundamental criar espaços institucionais para que alunos possam denunciar situações de discriminação, serem acolhidos e, sobretudo, desenvolverem consciência crítica sobre o tema.

Essa proposta também dialoga diretamente com o Currículo da Cidade de São Paulo, que se compromete com a Educação Integral, a Equidade e a Educação Inclusiva, e que estabelece como princípios pedagógicos a educação antirracista e a valorização das identidades e culturas dos povos afro-brasileiros e indígenas. Em especial, articula-se às "Orientações Pedagógicas: Educação Antirracista – Povos Afro-Brasileiros", que orientam a escola a garantir o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial como parte constitutiva da formação cidadã.

O currículo orienta que a escola deve:

- Garantir o combate ao racismo e a todas as formas de preconceito, promovendo práticas que valorizem as identidades negras e indígenas.

- Assegurar que os estudantes conheçam e respeitem a história, a cultura e as contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas para a formação da sociedade brasileira.

- Estimular o desenvolvimento de competências socioemocionais que favoreçam o respeito à diversidade, a convivência democrática e a equidade, cumprindo o papel formativo da escola: contribuir para a construção de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e respeitosos das diferenças.

Além disso, o projeto encontra respaldo em importantes marcos legais e institucionais:

- Decreto Municipal nº 58.526/2018, que instituiu o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PLAMPIR), comprometendo o município com ações concretas de combate ao racismo.

- Lei Federal nº 10.639/2003, que alterou a LDB (Lei nº 9.394/1996) para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino.

- Lei nº 11.645/2008, que ampliou esse escopo, incluindo também conteúdos sobre a história e cultura dos povos indígenas.

- Lei Federal nº 12.288/2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, assegurando direitos e políticas públicas voltadas para a promoção da equidade.

- Lei Federal nº 14.532/2023, que tipificou a injúria racial como crime de racismo, reforçando juridicamente a gravidade da prática.

Essas legislações se articulam com a BNCC, que estabelece que a educação deve garantir direitos de aprendizagem pautados na equidade, no respeito às diferenças e no combate a todas as formas de discriminação. A BNCC também destaca que a diversidade é parte constitutiva do processo educativo e deve estar presente nos conteúdos, práticas e interações escolares, de forma transversal e permanente.

No plano internacional, o projeto também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU:

- ODS 1 - Erradicação da pobreza: enfrentar o racismo estrutural amplia o acesso da população negra a recursos essenciais, rompendo ciclos históricos de exclusão

- ODS 3 - Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos.

- ODS 4 - Educação de qualidade: garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

- ODS 10 - redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

- ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes: escolas comprometidas com o enfrentamento do racismo fortalecem práticas de justiça, escuta e convivência pacífica.

No Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, não apenas afirma a Libras como primeira língua dos estudantes, mas também se destaca o compromisso com a inclusão de alunos com outras deficiências associadas e com o reconhecimento das múltiplas interseccionalidades presentes na comunidade escolar. Muitos alunos, além de surdos, são também negros, e vivenciam de forma ainda mais intensa os efeitos do racismo e da exclusão social. Dessa forma, o projeto se insere como ação fundamental para garantir o direito à aprendizagem, à equidade e ao respeito à diversidade em todas as suas dimensões.

Assim, a criação da comissão justifica-se não apenas como resposta a uma necessidade concreta da comunidade escolar, mas também como cumprimento de compromissos legais, curriculares e internacionais, que reconhecem a centralidade da educação antirracista para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e capazes de atuar na construção de uma sociedade plural e democrática.

Objetivos

Objetivo geral

Consolidar um espaço permanente de enfrentamento ao racismo na escola bilíngue para surdos, promovendo a conscientização crítica, a valorização da diversidade cultural e religiosa, e o empoderamento dos estudantes, em consonância com os princípios do Currículo da Cidade de São Paulo, que orienta a educação antirracista e o reconhecimento das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas.

Objetivos específicos

- Criar um canal institucional de acolhimento e diálogo sobre situações de racismo, assegurando um ambiente de respeito e equidade.
- Promover palestras, rodas de conversa e vivências com convidados que representem diferentes identidades (negros surdos, indígenas surdos, especialistas em direitos humanos, mulheres das representações religiosas de matriz africana, entre outros), garantindo a escuta de múltiplas vozes.
- Desenvolver práticas pedagógicas interdisciplinares que articulem conteúdos curriculares às temáticas afro-brasileiras e indígenas, ampliando o repertório dos estudantes.
- Valorizar a história e as contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, conforme orienta o Currículo da Cidade, reconhecendo sua centralidade na formação da sociedade brasileira.
- Estimular a produção cultural dos alunos em diferentes linguagens (vídeos, pop-ups, pesquisas, exposições, oficinas), fortalecendo a perspectiva bilíngue e multimodal da escola.
- Contribuir para a redução de práticas racistas na escola, fortalecendo a convivência democrática, o respeito às diferenças e a formação cidadã.

Desenvolvimento

O trabalho da comissão foi planejado em etapas, que se articularam ao longo de 2024:

1. *Formação e apresentação do grupo*
 - Primeiras reuniões entre alunos e professor referência.
 - Definição do nome, objetivos e formas de atuação da comissão.
 - Apresentação pública do grupo a todos os estudantes e professores da escola.
2. *Ações educativas iniciais*
 - Palestra com advogada sobre a legislação antirracista e as consequências legais das práticas discriminatórias (maio).
 - Roda de conversa com uma mulher negra surda e, em seguida, com um homem negro surdo, trazendo relatos de vivências sociais (agosto e setembro)
 - Debate com convidada especialista em racismo e intolerância, representante de religião de matriz africana (outubro).
 - Contatos com indígenas surdos e outros representantes para ampliar o diálogo (dezembro).
3. *Integração com as disciplinas, inclusive com oficinas e apresentações.*
 - Produção de vídeos sobre as ciências africanas e indígenas.
 - Pesquisas sobre festas religiosas na América Latina e diversidade cultural.
 - Discussões interdisciplinares sobre religiões e tradições.
 - Pop-ups culturais organizados pelos alunos, com foco em cultura afro e indígena.
 - Participação de professores em exposições externas relacionadas ao tema.
4. *Resultados observados*
 - Redução visível nos casos de racismo registrados na escola.
 - Maior engajamento dos professores em práticas pedagógicas antirracistas.
 - Empoderamento dos alunos, que passaram a denunciar com mais segurança e a propor novas ações.
 - Melhoria no desempenho escolar, com aumento da frequência às aulas e melhores notas.

Metodologia

A metodologia adotada pela comissão baseia-se em três eixos de atuação: formação, participação e articulação pedagógica.

1. Formação

- Organização de palestras, oficinas, rodas de conversa e debates (auditório).
- Convidados (especialistas) representando a diversidade social e cultural.
- Produção de materiais didáticos multimodais (cartazes, vídeos, pop-ups, jogos, slides, materiais acessíveis).

2. Participação

- Envolvimento ativo dos alunos na escolha dos temas e convidados.
- Criação de espaços de escuta e acolhimento às vítimas de racismo.
- Realização de assembleias e encontros periódicos da comissão.

3. Articulação pedagógica

- Integração das ações às disciplinas, em diálogo com o Currículo da Cidade.
- Enquetes para os docentes sobre suas atividades voltadas ao tema.
- Projetos interdisciplinares sobre culturas afro-brasileiras e indígenas.
- Incentivo à produção em múltiplas linguagens, respeitando a perspectiva

bilíngue.

Importante ressaltar que, preferencialmente, os palestrantes e oficinairos convidados foram pessoas surdas usuárias da Libras, garantindo representatividade e acessibilidade plena. Quando não foi viável, buscou-se trazer profissionais fluentes em Libras. Nesses casos, os intérpretes foram indicados pelos próprios palestrantes, por já estarem familiarizados com o tema, ou escolhidos criteriosamente pelos professores, assegurando clareza e qualidade na mediação. Reconhece-se, entretanto, que encontrar especialistas surdos nem sempre foi tarefa fácil, o que exigiu replanejamentos e adaptações para assegurar a continuidade e a qualidade das ações. Ressalta-se ainda que todos os professores da escola são bilíngues, o que fortaleceu a mediação e a integração das atividades ao cotidiano pedagógico.

Outro recurso metodológico importante foi o uso de vídeos, produzidos a partir de trechos das palestras ou de atividades realizadas após as apresentações (como pesquisas, traduções e interpretações de textos, além de resultados de rodas de conversa). Esses materiais foram exibidos em TVs instaladas nos corredores da escola e na secretaria, permitindo maior amplitude no acesso às informações, bem como a socialização das atividades entre todos os estudantes, professores, funcionários e visitantes da escola.

Avaliação

A avaliação do projeto foi contínua, processual e participativa, envolvendo alunos, professores e direção escolar.

Indicadores quantitativos

- Número de ações realizadas (seis, realizadas no auditório da escola; além de uma oficina – de valorização da cultura afrodescendente; uma apresentação musical com mulheres negras; e três reuniões de JEIF em espaços que valorizavam a História da África e/ou a cultura afrodescendente)
- Participação de alunos e professores (todos do EMI).
- Frequência de registros de episódios racistas ao longo do ano (os alunos da Comissão resolveram os conflitos e casos detectados, na maioria das vezes, sem auxílio de docentes ou gestores).

Indicadores qualitativos

- Percepção da comunidade escolar sobre mudanças na convivência e da autoestima dos alunos (diminuição dos episódios racistas na comunidade, chegando

a quase zero, além de nítida mudança de comportamento dos alunos em relação aos seus cabelos, demonstração de religiosidade e identidade negra, agora mostrados com orgulho).

- Produção de materiais e trabalhos interdisciplinares relacionados ao tema (principalmente após os alunos realizarem uma enquête sobre como os professores abordavam o racismo em seus conteúdos).

- Engajamento dos estudantes em atividades escolares e melhora no desempenho acadêmico (alunos que antes tinha problemas de assiduidade passaram a frequentar e participar das aulas, realizando as atividades propostas e se engajando em sua realização, inclusive com apoio e/ou apoiando outros colegas).

Reuniões mensais foram realizadas, registrando avanços, desafios e propostas para aperfeiçoamento contínuo das ações. Nas reuniões, os alunos avaliavam as ações do período e propunham novas atividades, muitas das quais para serem estruturadas no ano seguinte, fomentando o maior engajamento da comunidade escolar.

Considerações finais

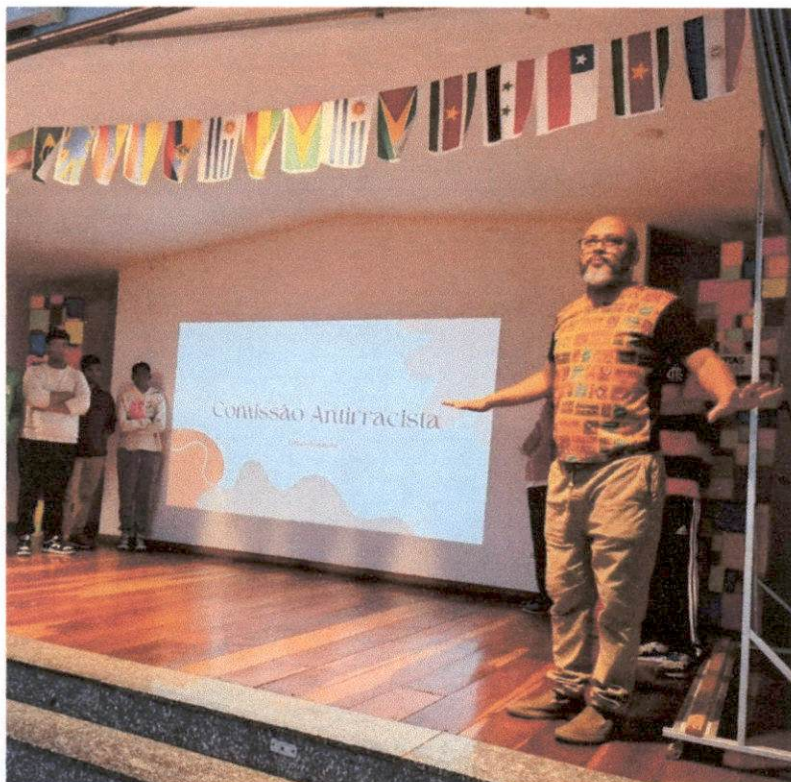
A experiência da Comissão Antirracista em Escola Bilíngue para Surdos mostrou que o enfrentamento ao racismo exige ações permanentes, coletivas e institucionalizadas. Mais do que responder a episódios de discriminação, o projeto consolidou-se como espaço de formação cidadã, que articula educação, identidade e justiça social. O empoderamento que tanto desejamos para as populações atendidas pela rede pública vai muito além de frases de impacto ou postagens em redes sociais. Ele precisa acontecer de forma ativa, constante, comprometida com a quebra de estereótipos — de beleza, de sucesso, de pertencimento. Busca-se, assim, romper com o currículo eurocentrado, promovendo múltiplas vozes e narrativas, em especial as de povos afrodescendentes e indígenas

O caminho percorrido em 2024 representa apenas o início de um processo que deve se expandir nos próximos anos, inclusive com ações integradas com outras Unidades, fortalecendo a luta por uma escola mais plural, inclusiva, democrática, próspera, sustentável e antirracista, em consonância com os princípios do Currículo da Cidade de São Paulo.

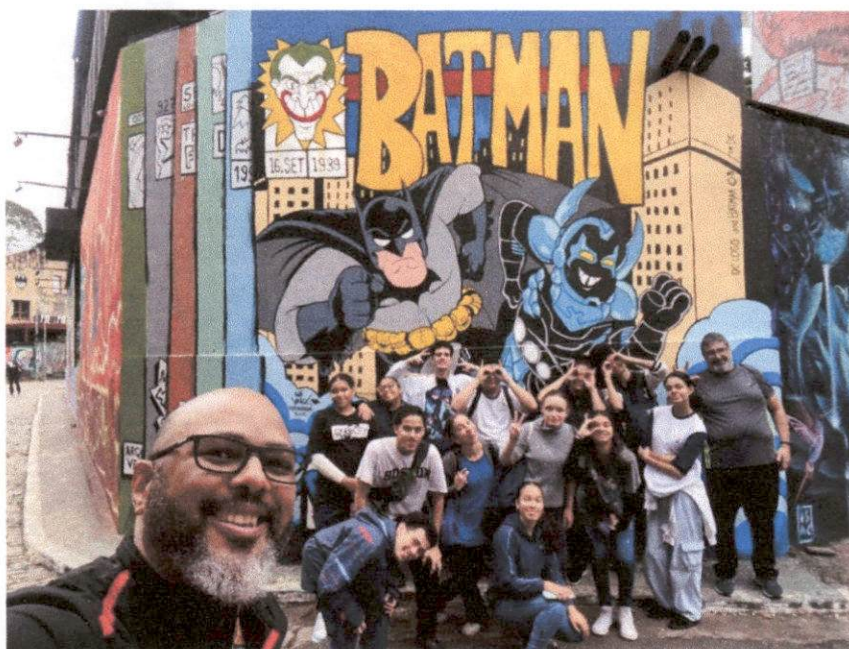
Referências

<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/Curriculo-da-Cidade-Ed.-Antirracista.pdf>
<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-povos-indigenas-orientacoes-pedagogicas/>
<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/CC-Geografia.pdf>
<https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-ensino-medio-ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas/>
<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58526-de-23-de-novembro-de-2018>
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12244&ano=2010&ato=d88UzYU1keVpWTeeb>
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm
<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
<https://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>

APÊNDICE



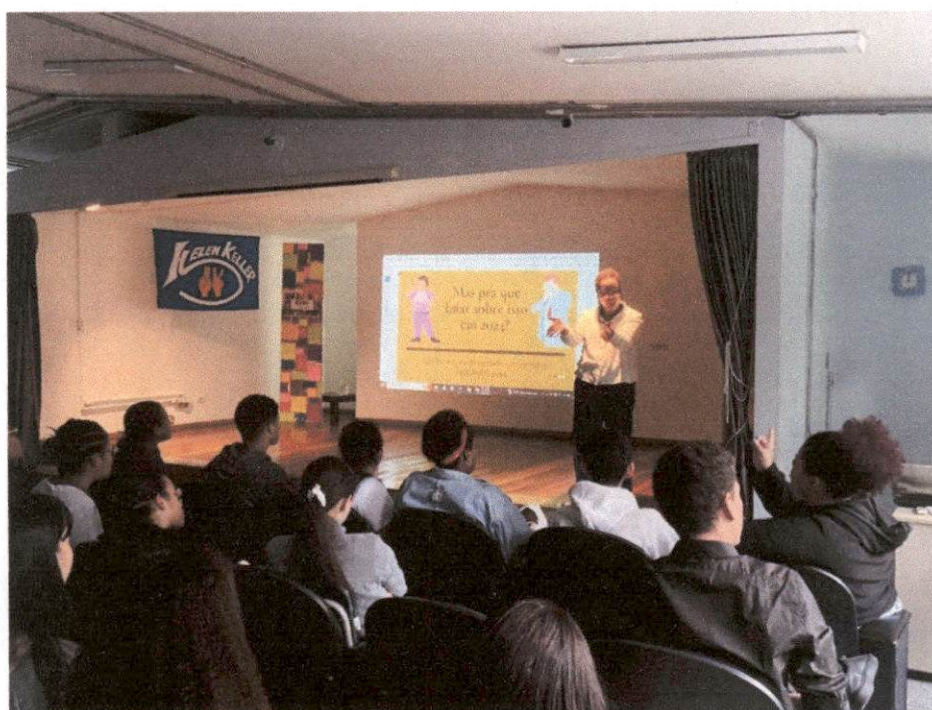
Apresentação da Comissão Antirracista à Comunidade Escolar (Maio)
– Arquivo Pessoal



Aula Expandida no Beco do Batman para realização de Oficina de Grafite,
desdobramento em Unidade de Percurso de Ciências Humanas (maio) – Arquivo
Pessoal



Trechos de vídeo produzido em sala de aula com as Unidades de Percurso da área de Ciências Humanas, retratando a existência de uma ciência afrocentrada e questionando a metodologia eurocentrista (junho) – Arquivo Pessoal



Palestra com Profissional da área jurídica para explicação das consequências de atos racistas (maio) – Arquivo Pessoal



Conversa sobre as vivências de mulher negra e surda na sociedade brasileira
(agosto) – Arquivo Pessoal



Apresentação musical com o Grupo "Iyálódes" no "Dia da Família na Escola"
(agosto) – Arquivo Pessoal



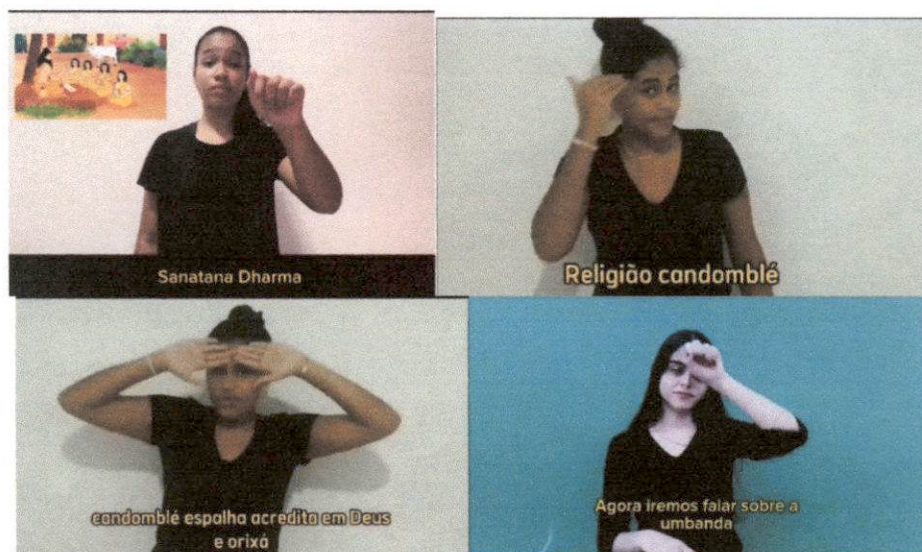
Conversa sobre as vivências de homem negro e surdo na sociedade brasileira (agosto) – Arquivo Pessoal



Produção de grafite em parede da escola, oficina realizada com Unidade de Percurso da área de Ciências Humanas, após pesquisa sobre o Hip-Hop; oficina realizada por uma profissional negra com apoio de surdo negro que palestrou sobre suas vivências (outubro) – Arquivo Pessoal



Palestra sobre Racismo e Intolerância Religiosa (outubro) – Arquivo Pessoal



Trechos de vídeo produzido após palestra sobre intolerância religiosa, depois de realizadas pesquisas em Unidade de Curso da área de Ciências Humanas – Arquivo Pessoal



Reunião de JEIF em exposição do Sesc Vila Mariana (outubro) – Arquivo Pessoal



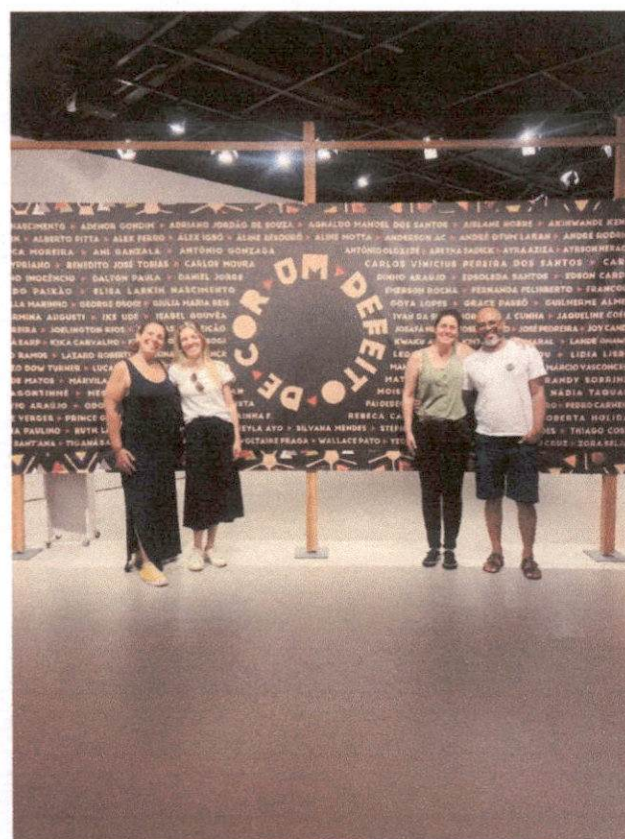
Reunião de JEIF em exposição do Itaú Cultural (outubro) – Arquivo Pessoal



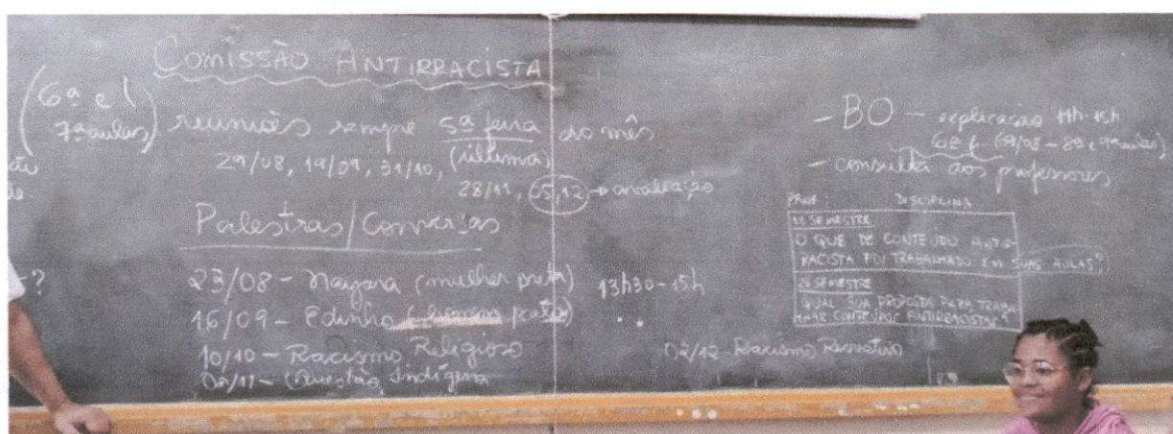
Oficina de valorização da identidade negra, desdobramento realizado com Unidade de Percurso da área de Ciências Humanas (novembro) – Arquivo pessoal



Apresentação na Biblioteca Raul Bopp sobre a Cultura Rastafári (novembro) – Arquivo Pessoal



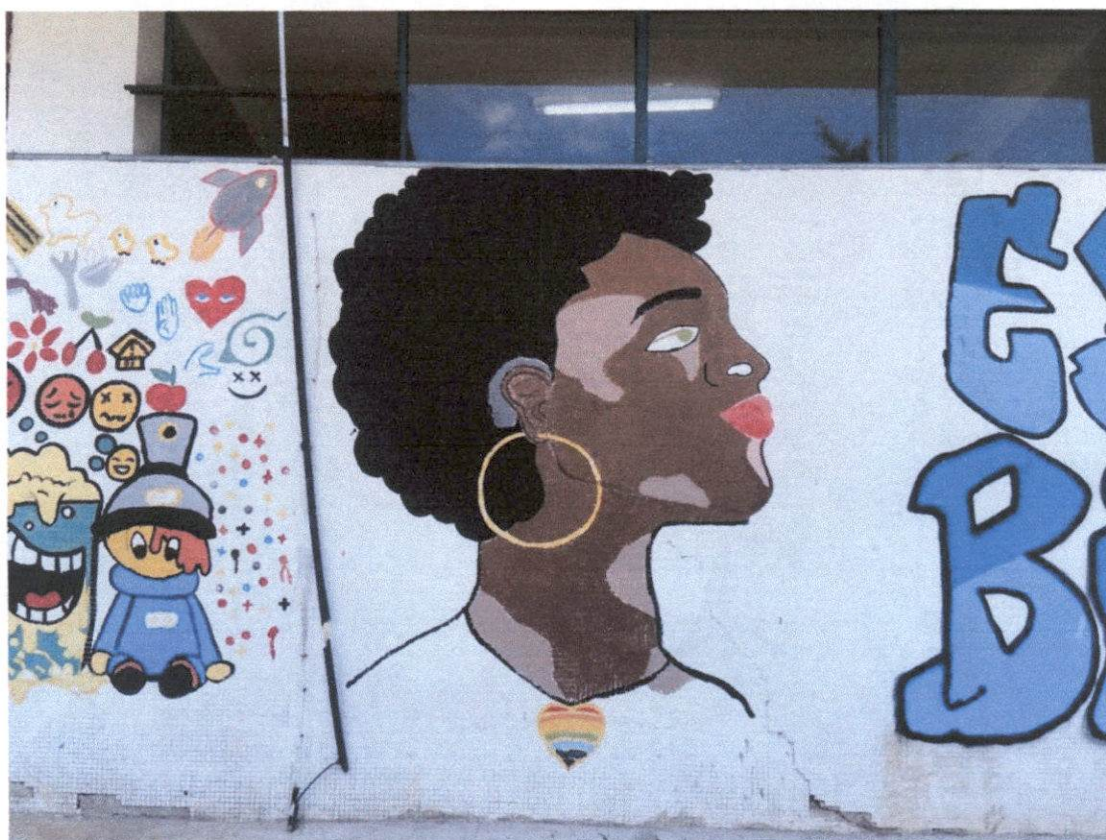
Reunião de JEIF em exposição do Sesc Pinheiros (outubro) – Arquivo Pessoal



Registro de reunião para avaliação das ações e próximas estratégias – Arquivo Pessoal



Trechos de vídeo produzido em Unidade de Percurso da área de Ciências Humanas sobre a Ciência Indígena (novembro) – Arquivo Pessoal



Grafite realizado por Unidade de Percurso da área de Ciências Humanas, após “concurso”, com todos os alunos da escola, para definirmos os elementos a serem grafitados. Como consequência das discussões realizadas durante o ano, a ideia mais votada foi a que estava vinculada às ações da Comissão. Todos os alunos participaram, após cronograma, da confecção da arte (dezembro) – Arquivo Pessoal



Jogo idealizado por professora da área de Linguagens sobre personalidades negras, intitulado “Batalha Real”, inspirado na batalha naval. Foi usado em aulas, após nossas primeiras palestras, como uma maneira lúdica de abordar o assunto.



Imagens dos trabalhos de *pop-ups* produzidos pelos alunos em Unidade de Percurso da área de Ciências Humanas, sob o tema das Culturas Afro e Indígena.